



Estado do Rio de Janeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

REQUERIMENTO Nº 108 /2013.

APROVADO
1ª DISCUSSÃO
EM 18, 06, 13
PRESIDENTE

Em, 13 de Junho de 2013.

REQUER ENVIO DE EXPEDIENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SOLICITANDO INFORMAÇÕES SOBRE A CARGA HORÁRIA DOS PROFISSIONAIS DOCENTES.

EXMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO.

O Vereador que este subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, REQUER à Doutra Mesa, na forma regimental, o envio de expediente à Secretaria Municipal de Educação, solicitando informações sobre a carga horária dos profissionais docentes no município de Cabo Frio.

Sala das Sessões, 13 de Junho de 2013.

Achilles Almeida Barreto Neto
ACHILLES ALMEIDA BARRETO NETO
Vereador - Autor

JUSTIFICATIVA:

Recebemos em nosso gabinete representantes do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – SEPE - que, atentos às condições de trabalho dos docentes em nosso município e imbuídos de espírito de contemporização entre seus representados e a Secretaria Municipal de Educação, requerem informações para que seja possível dirimir distorções quanto ao entendimento da definição do quantitativo de horas/aula a serem cumpridas dentro e fora da sala de aula.

Cumpre-nos informar, por oportuno que, após leitura de diversos textos que tratam desta temática, é percebida uma dicotomia de interpretações quanto à utilização do período de tempo que o professor regente deverá dedicar para os cursos de qualificação e aperfeiçoamento. Os questionamentos repousam sobre o gerenciamento desta carga horária e se a destinação deste espaço de tempo deverá ser norteada pelo profissional ou pela Secretaria.

Outro assunto motivador do encontro com os sindicalistas está diretamente associado aos questionamentos quanto à conceituação do termo “hora-aula” que, segundo nos foi informado, há previsão de que na prática a Secretaria de Educação de Cabo Frio pretende adotar a “hora relógio” (sessenta minutos) em detrimento dos cinquenta minutos historicamente praticados pela municipalidade.

Assim, com o objetivo de esclarecer estes assuntos que percorrem os debates entre SEPE e Secretaria, e buscando regulamentar a forma como os horários serão praticados no âmbito da administração pública no que tange aos profissionais docentes, é que apresentamos o presente Requerimento contando com a apreciação pelos demais Pais e conseqüente aprovação no Plenário Oswaldo Rodrigues dos Santos.